COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 24/08/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins (SES-TO), deu-se início a 7ª (sétima) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2017, com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Marcos Esner Musafir Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite Tocantins (CIB/TO); Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento, Carlos Felinto Junior/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde; Hernane Farias Monteiro/Assistente Administrativo da Diretoria de Recursos do SUS; Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora da Escola Tocantinense do SUS; Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava/Superintendente de Vigilância Promoção e Proteção à Saúde; Mísia Saldanha Figueiredo/Diretora de Instrumento de Planejamento para Gestão do SUS. **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Anna Cristina Costa B. Bezerra/Diretora de Descentralização e Regionalização e SMS de Porto Nacional; Juliano Ribeiro de Sousa/SMS de Chapada da Natividade; Maria das Dores Abreu Farias/SMS de Sítio Novo do Tocantins; Rodolfo Pereira Martins SMS de Ponte Alta do Bom Jesus; Vânio Rodrigues de Souza/Presidente do COSEMS e SMS de Gurupi e Whisllay Maciel Bastos/Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas. A Sr.ª Nayara Samya Costa Chaves Nogueira Tabanes/Gerente da Secretaria Geral Comissão Intergestores Bipartite inicia informando que a Sr.ª Gábia Gerciann Vieira Oliveira Santo/Superintendência de Assuntos Jurídicos/Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins repassará um informe aos Gestores Municipais conforme a seguir: **PONTO DE PAUTA PARA INFORME: C.** Informe/Solicitação para que os Secretários Municipais verifiquem situação de convênio junto à Assessoria Jurídica/SES: A Sr.ª Gábia informou que a SES tem convênios com todos os 139 (cento e trinta e nove) Municípios, tais convênios visam a descentralização das ações de serviços de saúde, através deles são feitas seção de servidores para os municípios com ônus e bens para o Estado, existem muitos municípios que estão com os convênios vencidos, e no inicio do ano foi mandado um Ofício Circular para todos os municípios solicitando essa documentação, a expositora solicitou aos gestores que estão com seus convênios vencidos que ao término da reunião procurem a Superintendência de Assuntos Jurídicos, para verificar a situação do convênio. Neste momento dando seguimento a reunião o Sr. Roberto Sampaio Secretário de Saúde de Alvorada fez um agradecimento, em relação a reativação do centro cirúrgico e a reforma do hospital, relatou que há 20 (vinte) anos, não nascia crianças e nem

realizava cirurgia de laqueadura naquele centro cirúrgico, salientou que tudo é fruto do empenho do Dr. Marcos Musafir, agradeceu ao Secretario do Estado, relatou também que o município tem pouco mais de oito mil habitantes, que era um sonho e uma promessa de campanha do prefeito do município Sr. Paulo Antônio e só agora depois de seis meses está se realizando, deixou também um agradecimento a população de Alvorada e ao Secretario de Estado da Saúde, pelo moderno centro cirúrgico e pela reforma de excelência do hospital. O Sr. Marcos Esner Musafir, Secretário Estadual de Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite Tocantins (CIB/TO) às quatorze horas e trinta e três minutos iniciou a pauta da reunião, como segue: **PONTOS DE PAUTA PARA PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO:** **Item 1 -** Pactuação e Aprovação da Pauta. Pauta aprovada pela plenária. E, por solicitação da Diretoria do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde foi incluída a solicitação de esclarecimentos. Deste modo, o Presidente da CIB repassou a fala à SMS de Lajeado, Srª. Valéria Paranaguá que pediu esclarecimento sobre o pagamento da divida do Estado para os municípios e se está sendo incluído no Plano Plurianual (PPA) Estadual de 2018, sobre o parcelamento da dívida atrasada e da Farmácia Básica. O Sr. Marcos Musafir informou que vai convocar o Departamento Financeiro para dar explicações, e relatou que estão construindo o PPA/2018 para averiguar se tem como incluir o pagamento. A Srª Valéria Paranaguá questionou sobre a complementação de tabela dos procedimentos da Média e Alta Complexidade (MAC) que estava marcado na Câmara Técnica para ser discutido no dia 22/08 e vem se prolongando desde o começo do ano e nunca se firmou nem a reunião e nem uma negociação, a expositora verificou que há um esvaziamento sobre o tema e ressaltou ainda que precisem retornar. Outro ponto também solicitado foi um oficio nº 048/2017 assinado pelo Sr. Rodolfo representante da Região de Saúde do Sudeste, quanto à questão do Hospital de Referência da Região Sudeste se estão atendo ou não os municípios de referencia. O Sr. Rodolfo SMS de Ponte Alta do Bom Jesus relatou que diante das dificuldades que vem enfrentando com os hospitais da região Sudeste solicitou um Ofício junto ao Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), e na sequencia fez a leitura do Oficio nº 048/2017. "Após cumprimentar, venho por meio deste informar problemas identificados na região sudeste de saúde nos serviços ofertados de media e alta complexidade referenciados pelos Hospitais Regionais de Dianópolis e desta forma solicitar providencias, sobre as diversas dificuldades: Considerando que a Comissão Intergestora Regional (CIR) sudeste e um Colegiado Gestor tem se reunido mensalmente neste ano de 2017, desta forma tem se colocado como encaminhamento em consenso as dificuldades enfrentadas ao acesso nos serviços referenciados de media e alta complexidade na região. Considerando que os municípios da Região Sudeste tem 15 (quinze)

municípios, e conta com uma estrutura organizacional em dois Hospitais de Referencia, sendo uma unidade Hospitalar de Referencia na cidade de Dianópolis e outra na cidade de Arraias. Considerando que dentro da Política de Saúde de Regionalização proposta pelo Ministério da Saúde (MS) e SES possui oito regionais e a região sudeste e uma destas. Considerando que há uma grande deficiência assistencial nos serviços referenciados de media e alta complexidade na região sudeste. Considerando que dentre as dificuldades enfrentadas esta a falta de especialidades medicas, falta de oferta de exames de mamografia, exames de ressonância magnética, falta de cirurgias eletivas dentre outros serviços essenciais que é de responsabilidade da gestão estadual, uma vez que há uma política de saúde assistencial regulamentada pela resolução CIB – PPI/Regulação. Considerando que há mais de um ano serviços essenciais de referencia não estão sendo ofertados pela Gestão Estadual, deixando a região desassistida, influenciando assim diretamente na assistência aos usuários do SUS e conseqüentemente nos resultados dos indicadores e metas pactuadas de ações e serviços de saúde. Considerando que parte dos Municípios da Região Sudeste encaminha seus pacientes para Hospital Regional de Arraias e outra parte para o Hospital Regional de Dianópolis, ambos conforme sua localização geográfica, levando em consideração a distância percorrida e a acessibilidade. Considerando que na ultima semana a situação se agravou com a negativa do Hospital Regional de Arraias em receber pacientes de alguns Municípios que por sua localização geográfica sempre encaminhava seus pacientes para assistência no mesmo, no entanto foi informado de forma extra-oficial que agora os mesmos teriam que encaminhar seus pacientes para Paranã, o que feri os princípios da Política de Regionalização do SUS. Considerando que é de consenso de todos as necessidades de efetivação das Políticas Publicas pactuadas e deliberadas pelo Colegiado Gestor no âmbito Regional e Estadual, desta forma fica evidenciado que existem instrumentos de pactuação deliberados nos Colegiados Gestores, alocando recursos financeiros para gestão Estadual financiados pelo governo federal, mais que, no entanto não estão sendo ofertados, “recebi o recurso porém não oferta”. Portanto como representante Regional e membro do COSEMS encaminho as reinvindicações dos gestores desta Região de saúde através deste Ofício ao COSEMS e Posteriormente a Secretaria Estadual de Saúde, para que sejam esclarecidos os fatos pela Gestão Estadual quanto a negativa ou uma possível obscuridade relacionado aos fatos, que caso não haja nenhuma providencia, o colegiado gestor encaminhara ao Mistério Publico e também ao Conselho Estadual a solicitação de uma audiência publica e conseqüentemente providencias necessárias dentro do principio da legalidade”. O Sr. Rodolfo finalizou pedindo uma posição referente aos acontecimentos e ao Ofício. O Sr. Marcos Musafir relatou que será respondido por escrito, e que realmente o Hospital de Dianópolis

esta enfrentando problemas com a direção, destacou que não tem a determinação de não atender pacientes, pois tem que ser feito os partos, e há uma recusa dos profissionais, estão exigindo uma serie de coisas, relatou que está avaliando tudo, e tem uma pessoa do Departamento Jurídico que trabalha no hospital, por conta desse contingenciamento financeiro e atraso de repasse dos recursos do tesouro e não conseguiram pagar e por esse motivo paralisaram as atividade, más isso já foi regularizado. O Sr. Marcos Musafir relatou que esteve em Dianópolis e não aceitou essa posição, isso não e determinação da SES e para cumprir o que esta acordado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e sobre a regionalização dos 15 (quinze) municípios do entorno, com a presença do prefeito de Almas e não há uma parceria por que existem dados do hospital de Dianópolis onde foram feitos mais de 50.000 (cinquenta mil) atendimentos ambulatoriais nos primeiros meses do ano de 2017, cujos atendimento era da competência dos municípios da região, que está sufocando o hospital com esses entendimentos que não estão deixando fazer a baixa complexidade de urgência e emergência. Destacou que em Arraias também é o mesmo caso, e que irá responder por escrito. O Sr. Marcos Musafir respondeu a pergunta da Sr.ª Valeria Paranaguá relatou que esta com o Ofício que foi encaminhado pedindo recursos junto a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) que esse recurso esta em tramitação na referida Secretaria sobre a resposta da liberação de recursos para fazer o repasse. Relatou que o estado esta passando por um contingenciamento de R$97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais) e a SES iria receber menos de R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), e tirando R$ 97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais) vai baixar para pouco mais de duzentos milhões, que não da para fazer tudo que precisa para a saúde do estado do Tocantins, e ai vão cortando e vão cortando infelizmente, e uma das coisas que se corta sempre é o repasse financeiro dos municípios, então não e vontade da SES, não é contra a SEFAZ, e sim a situação econômica momentânea do País que esta vivendo uma crise, mesmo enxugando, economizando e racionalizando na tentativa de receber esse dinheiro para Saúde, foi economizado em anos passados R$165.0000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões reais) que não foi recebido, e que deveria ter sido pago, foi economizado em negociação e em acerto, e não se consegue que esses R$165.0000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões reais) para a Saúde para poder fazer, precisa que todos entendam que a situação econômica é um momento difícil e precisam trabalhar em parceria. Na sequencia o Sr. Vânio Rodrigues de Souza SMS de Gurupi, explica que não pôde estar presente na reunião do COSEMS do dia 24/08/2017 e para o conhecimento de todos informou que sobre essa problematização da região Sudeste relacionado aos hospitais e alguns procedimentos que são de responsabilidade dos municípios daquela região, e esclareceu ao Sr. Rodolfo que podem fazer um encaminhamento onde os

municípios encaminhadores a essa produtividade para os hospitais analisar essas questões. Sr. Vânio levantou ainda outra questão ao Sr. Marcos Musafir, disse: Sempre faço a analogia com relação a nós que somos lideres. Por muitas vezes os liderados não seguem as orientações que lhes são repassadas. Preocupa-me o senhor relatar não ter dado essa orientação, pois quem traz essa afirmativa de ordem/orientação é um representante da Secretaria de Estado de Saúde naquela região. Caso não esteja seguindo a ordem da gestão, deve ser chamada a atenção. O Sr. Marcos Musafir reforçou que essa ordem não está partindo da SES, que definitivamente não determinou essa orientação e tomará providência. Ressaltou que o diretor do hospital não representa a SES, representa o hospital por ser diretor, e segue as ordens da SES. O Sr. Vanio ressaltou que com relação a divida que já tem três meses, foi solicitado dados atualizados da dívida e como encaminhamento também solicitou a Vossa Excelência que encaminhe para o COSEMS os dados da dívida atualizada de cada município por que seriam discutidas as medidas a serem tomadas. A Sr.ª Valeria Paranaguá pediu esclarecimento sobre o custeio da Academia de Saúde, pois alguns gestores estão com dificuldades de saber como é feito o cadastramento para receber, e pediu se atenção básica poderia estar ajudando. Outro ponto seria a Atualização do cálculo de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) por faixa populacional do ano de 2012 para população de 2016 e também da assistência farmacêutica por que tem a questão da nova Portaria, e do indicador populacional e o valor mudou. Outra questão que foi falado na reunião do COSEMS foi sobre a Regulação da Urgência e Emergência por que alguns secretários estão perguntando se houve mudança nesse fluxo, por que vários secretários estão encaminhando os pacientes para os hospitais de referência e não estão sendo assistidos. Destacou que um dos casos foi no hospital de Dianópolis e foi pedida também a apresentação do cronograma das cirurgias eletivas, que já foi discutido mais não foi apresentada uma proposta. E para finalizar fez um pedido para o COSEMS para que faça um Ofício para a SES sobre prestação dos serviços do laboratório COBRA e o laboratório MODELO, por que segundo relatos dos gestores não estão se sentindo satisfeitos nem seguros dos serviços prestados pelos mesmos, tanto é que foi discutido em CIR, justamente o local que seria entregue as lâminas e o dia da entrega dos resultados. O Sr. Marcos Musafir esclareceu que em relação aos laboratórios também está ansioso aguardado este documento, inclusive relatou que visitou todos os hospitais no decorrer da semana, e em todos eles, ouviu criticas destes laboratórios, e pediu uma nota técnica dos hospitais para que possam tomar providencias e suspender os contratos com os referidos laboratórios. Destacou que as questões do atendimento ambulatorial serão passadas relações quantitativa do que são feitas mensais, anuais e por unidade nos hospitais, e em relação ao TFD, a atualização populacional tem um estudo na Superintendência de Planejamento, que

depende de Brasília e não só da SES, segundo o Sr. Mussafir tem um estudo em que a Sr.ª Luiza Regina está acompanhando, assim como as novas Portarias da Assistência Farmacêutica e da Academia de Saúde, para atualizar e informar na próxima CIB. Destacou que em relação ao cronograma das cirurgias eletivas, tem um grupo de trabalho que está estudando a infra-estrutura das unidades hospitalares para poder receber as cirurgias eletivas, relatou que esteve no Hospital Dona Regina (HDR) e foi discutido sobre o mutirão de ginecologia que não tem materiais suficientes para realizar cirurgias em grandes quantidades, relatou que está sendo organizado para criar a infra-estrutura e tem coisas que podem dar andamento a partir de setembro/2017, relatou que no dia 31 de agosto/2017 na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) irá receber as normatizações finais do Mistério da Saúde (MS) para começar os processos das cirurgias eletivas no estado, relatou que apenas dois hospitais municipais, em Peixe e em Colinas do Tocantins se dispuseram a fazer as cirurgias, dos 28 (vinte e oito) hospitais municipais apenas esses dois se dispuseram, os grupos de trabalhos estão formalizando e irão fazer nos outros hospitais estaduais e nos conveniados, inclusive foi falado aos servidores do Hospital Dom Orione (HDO) sobre a possibilidade de serem feitos algumas cirurgias em Araguaína. O Sr. Mussafir relatou que em questão da regulação da Urgência e Emergência não mudou o fluxo. O Sr. Carlos Felinto/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde explicou que o fluxo que esta construindo e revisando a Urgência e Emergência em relação ao que esta pactuado, houve esses burburinhos, então está sendo montado um grupo de trabalho para rever em cima da pactuação estratificar melhor a referência e contra referência em cada uma das unidades conforme o seu porte e pactuação da região. A Sr.ª Valeria Paranaguá perguntou ao Sr. Carlos Felinto se tem previsão. O Sr. Carlos Felinto esclareceu que não tem previsão de conclusão, más já iniciou as discussões, por que no momento conforme o próprio Secretario relatou sobre a revisão do perfil do trabalho, que está desenvolvendo com o grupo, citou como exemplo se pegar o fluxo do jeito que esta hoje, e na hora que redefinir se tiver algum tipo de ajuste terão que reajustar novamente. A Sr.ª Valeria Paranaguá questionou sobre o assunto porque encaminhou uma paciente com sangramento anal ao Hospital Geral de Palmas (HGP) onde foi informada que esse atendimento não seria lá, e hoje encaminhou outro paciente com sintomas de hérnia e novamente no HGP foi informada que esse atendimento também não seria lá, e relatou que teve um município que recebeu orientação que antes de ir para o HGP deveria passar por uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e foi falado também que na região do Bico do Papagaio os hospitais estão se negando fazer esse tipo de atendimento, e que os pacientes estão procurando atendimento em Imperatriz-MA. O Sr. Gedeão Alves SMS de Augustinópolis relatou sobre um problema que ocorreu com uma paciente que

estava em trabalho de parto e que o hospital de Augustinópolis negou atendimento sugerindo para procurar atendimento em imperatriz, por falta de especialista no hospital. A Sr.ª Raquel M.S Santana/Técnica da Diretoria de Atenção Especializada (DAE) pediu para que o Sr. Gedeão Alves relatasse por escrito todas as dificuldade que estão tendo no Hospital de Augustinópolis porque é um Hospital de referência, mais tem que relatar o motivo, por que a referencia não é Imperatriz e sim Araguaína, então tem que verificar o que realmente aconteceu se estava mesmo faltando médico. Pediu para que as reclamações sejam feito por escrito porque estarão verificando junto ao hospital. A Sr.ª Rosemeire Aquino/Enfermeira da Secretária de Saúde de São Miguel do Tocantins fez uma observação porque São Miguel do Tocantins e diretamente ligado a Imperatriz e relatou que os pacientes não vão mais a Augustinópolis por não serem atendidos lá, mais assim como falam de documentos fez uma observação, porque esse assunto já foi discutido na CIR há bastante tempo e tem registro em Ata, ai a pergunta que se faz é se as atas da CIR têm validade, ou não, e por que tem que ficar fazendo Ofícios, documentos se tem uma CIR para isso, onde são assinados os consensos, esses consensos estão vindos para SES e não está tendo respostas, o que se percebe é que a Ata não esta tendo validade na CIR. O Sr. Antonio José SMS de Esperantina também relatou que a técnica de enfermagem saiu com duas pacientes em trabalho de parto e que não foram atendidas no Hospital de Augustinópolis e voltaram com as pacientes e uma delas teve complicação e a criança quase chegou a óbito e está internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Araguaína por falta de atendimento no referido Hospital e relatou que o atendimento está muito ruim. O Sr. Marcos Musafir pede o Sr. Whisllay Maciel Bastos/Secretario Executivo explique sobre essas cirurgias, e ele informa que em relação às cirurgias da unidade já esta funcionando só que precisa articular e definir que tipo de cirurgias são passivas de serem feitas. Destacou que a estrutura já esta bem avançada, equipamentos foram adquiridos e essa discussão de que procedimentos poderiam estar otimizando é possível. Sr. Inácio Alves SMS de Carrasco Bonito complementou a fala dos colegas do Bico do Papagaio não diferente de outros municípios, relatou que uma paciente foi encaminha para Augustinópolis e não foi atendida e foi procurar atendimento em Imperatriz. Relatou que quase todos os dias o município de Carrasco Bonito tinha que custear transporte para levar famílias até Imperatriz ou retornar com alguma acompanhante, e relatou que não esta sendo fácil. Sr. Vânio pediu a palavra, pois se recordou que a Sr.ª Valeria Paranaguá mencionou sobre o custeio das academias de saúde que devem ser formalizadas vias sites, município se manifesta solicitando dizendo que academia está concluída e ele faz a solicitação do custeio mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), dependendo da modalidade, tem que formalizar via site. Lembrou que quando foi gestor no município de Dueré a academia de lá já

tinha mais de três anos que havia solicitado, más não tinha saído os recursos, e quando o MS lança as portarias de habilitação faz isso em conjunto, então eles pegam a demanda do País e lança a portaria credenciando, mais de qualquer forma a orientação e formalizar no site, e questionou o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) a cerca da liberação desses recursos relativos a essa politica. Sr. José Martins SMS de Pedro Afonso comentou que estão vivendo um momento de falta de resolutividade às vezes tem o especialista no hospital, más estão vivendo a cultura só de encaminhamento, por que qualquer coisa que poderia estar resolvendo no hospital regional não é resolvido, simplesmente encaminhado, reconheceu que a SES tem feito bastante para limitar esses encaminhamentos, más infelizmente não está conseguindo os objetivos de limitar esses encaminhamentos não foram alcançados e o grande problema da questão é que o Estado e os municípios estão passando por dificuldades financeiras. Destacou que os pacientes encaminhados vão na ambulância do município porque geralmente a do hospital ou já está em viajem ou está quebrada e depois o município tem que buscar, no caso do seu município são 500km para levar o paciente e 500km para buscar, isso sem nenhuma estrutura, antes era encaminhado para Palmas e hoje é encaminhado para Araguaína, e muitas coisas poderia ser resolvido no Hospital Regional de Pedro Afonso (HRPA) mesmo ou em alguns hospitais próximos, sabe-se que é um desafio da gestão da SES, mais e uma questão a ser pensada que profissional esteja lá de plantão e que seja especialista na área que resolva mesmo o problema ao invés de fazer encaminhamentos. O Sr. Marcos Musafir respondeu que em relação à secretária de São Miguel do Tocantins a colocação foi muito pertinente, a CIR trás os relatórios e a SES estratifica por prioridade é preciso olhar com carinho a questão materno infantil, agora cabe ao município melhorar a triagem do pré-natal, fazer esse esforço, e essa parceria tem que existir, relatou que a SES está com uma situação muito esdruxula em relação aos profissionais médicos e específicos nas unidades, existem unidades que tem um médico por dia, tem um substituto do substituto por dia, existe unidade que querem muitos especialistas, foi dado um exemplo de unidades que pedem obstetras, pedem anestesista pedem pediatra e não há recurso nem do município e nem para o Estado, destacou que a folha de pagamento consome 90% (noventa por cento) do recurso do estado, outro ponto é sobre a região do Bico do Papagaio relatou que por ordem do governador visitou o município de São Miguel do Tocantins e também os 18 (dezoito) Hospitais Estaduais, e foi constatado que realmente não têm o plantonista todos os dias, porque os plantonistas estão fazendo o horário que eles querem. E isso é um problema que surge em todas as reuniões, o horário que o funcionário quer, e não pode ser assim, quem paga é que manda, e relatou que estão pagando muito bem 90% (noventa por cento) do custo do estado é para folha de

pagamento, então quer pedir apoio da CIB nesse sentindo, precisam unir as forças para que todos cumpram a sua missão, vamos dar as mãos, a idéia dos consórcios regionais entre os municípios. Na sequencia apresentou dois informes que a Superintendente de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde, Sr.ª Liliana Rosicler em Brasília conquistou junto ao MS um recurso para o Estado fazer capacitação para os 139 (cento e trinta e nove) municípios na área de Psicossocial, Vigilância e Atenção Primaria, será criado com essa equipe usando as melhores cabeças do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) etc. onde os municípios nesse ano de 2017 irão receber tutores para qualificar os servidores, e não é uma aula, um curso é uma parceria uma troca de experiência, e esses recursos viriam para SES e foi redirecionado para o programa com os municípios. O Sr. Marcos Musafir esclareceu sobre a ação em apoio aos municípios que a SES "brigou" muito pela Emenda de Bancada Impositiva, cuja Emenda como todos sabem era de R$140.000.000,00(cento e quarenta milhões de reais) para a Saúde, que ao invés de fazer algumas obras que o estado precisa, conseguiram sensibilizar os Senadores e Deputados a direcionar o recurso para saúde, e já foi contingenciado, já cortaram ao meio esse recurso, então dos R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) foi mantido o mesmo valor aproximadamente o mesmo valor que todos recebem por ano do Piso de Atenção Básica (PAB) e alguns da Média e Alta Complexidade (MAC) para receber, então alguns não podem ultrapassar o Teto Máximo. **Item 2 -** Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 20 de julho de 2017: Expositora: Letícia de Oliveira da Silva/Técnica da Secretaria Geral da CIB. Ata aprovada pela plenária. **Item 3 –** Pactuação e Aprovação da Nota Técnica Estadual da Febre Amarela N° 002/2017/SES/SVPPS/DVEDVZ/GVEA, que Atualiza as Orientações de Imunização de Febre Amarela trazidas pela Nota Técnica Nº 001/2017/SESAU/SVPPS/DVEDVZ/GVEA: A Expositora Gerente de Vigilância Epidemiológica das Arboviroses/SES, Sr.ª Lariane Azevedo de Oliveira/Médica Veterinária, iniciou explicando o motivo porque dessa nota técnica 002/2017/SES/SVPPS/DVEDVZ/GVEA, para solicitar aprovação na CIB porque teve mudanças com relação às politicas de imunização da febre amarela em abril/2017 pelo MS e em fevereiro passou pela CIB e foi pactuado e aprovada a nota Nº 001/2017/SESAU/SVPPS/DVEDVZ/GVEA que recomendava duas doses aos nove meses de idade e aos 4 anos, em virtude da mudança em abril de 2017 diante do cenário de surto da doença houve mudanças com relação as recomendações da dose de imunização da vacina da febre amarela e a recomendação agora é dose única, em virtude disso solicita a atualização. O Sr. Whisllay Maciel ressaltou que essa vacina tem um risco elevado de óbito e ela não é universal. Item aprovado pela plenária. **Item 4 –** Pactuação e

Aprovação da Descentralização da Gestão de Ações e Serviços de Saúde para o município de Praia Norte, consoante disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução – CIT Nº. 4, de 19 de julho de 2012: A Expositora, Técnica da Gerência de Desenvolvimento e Políticas de Saúde/SES Srª Marleide Aurélio da Silva, explanou sobre a aprovação da descentralização do recurso MAC para o município de Praia Norte que solicitou, e a Diretoria de Controle e Avaliação fez analise favorável a essa descentralização, e apresenta nessa reunião o valor anual para descentralizar para o município de Praia Norte no total da população própria R$124. 855,52 (cento vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), outros recursos ajustes e incentivos no valor de R$16.849,80 (dezesseis mil e oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) no valor total da PPI assistencial R$141.705,32(cento e quarenta e um mil e setecentos e cinco reais e trinta e dois centavos) e o total MAC para o fundo municipal R$141.711,32 (cento e quarenta e um mil e setecentos e onze reais e trinta e dois centavos) sendo um valor anual. Item aprovado pela plenária. **Item 5 –** Pactuação e Aprovação do Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro para municípios na Programação Pactuada e Integrada da Assistência (PPI)/2017 do Estado do Tocantins: A Expositora, Técnica da PPI/SES, Srª. Simone Rios Luz apresentou a Tabela de Remanejamentos de Serviços e Tetos Físicos e Financeiros para municípios na Programação Pactuada e Integrada (PPI) onde o município de Caseara solicitou o remanejamento de teto físico e financeiro onde os procedimentos de laboratório de bioquímica avançada e intermediaria, tirando do município de Paraíso do Tocantins da Gestão Municipal e encaminhando para o município de Caseara no valor de R$1.811,06 (um mil oitocentos e onze reais e seis centavos) e também o município de Caseara, retirando laboratório bioquímico simples do município de Marianópolis Gestão Municipal para Caseara na Gestão Municipal no valor de R$ 13.317,41(treze mil trezentos e dezessete reais e quarenta e um centavos) valores anual. Item aprovado pela plenária. Nesse momento O Sr. Secretario Marcos Musafir pede licença para se ausentar da reunião para atender um chamado do Palácio Araguaia e deixou sua suplente Sr.ª Luiza Regina presidindo a reunião. **Item 6 –** Pactuação e Aprovação da Tabela Municipal de Procedimentos com Complementação da Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO: A Expositora, Superintendente de Atenção Especializada de Araguaína, Srª Maria Dulcimary R. Fonseca, informou a todos que já tem a resolução do Conselho Municipal que dispõe sobre aprovação da tabela de valores com complementação municipal, que aprova a tabela de complementação de valores do município de Araguaína, onde foi considerada como referencia a tabela de Palmas, quando falou de referência é a forma do calculo que se buscou para poder trabalhar os valores de complementação da tabela da SES, então a forma do calculo foi utilizado o

valor da tabela SUS, e também a tabela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) que é a mais utilizada da saúde suplementar para os planos utilizam se os valores já praticados no mercado de Araguaína para os prestadores de serviços. Destacou que conseguiram trabalhar valores porcentuais tendo uma media em torno de 25% (vinte e cinco por cento), mais a grande maioria como já e uma pratica dentro do município, teve que fazer algumas adequações sempre considerando esses valores médios entre privado, suplementar e SUS. Item aprovado pela plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: Item 7 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11467851000/1160-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade Básica de Saúde Federal e Unidade de Saúde da Família Sabinas, do município de Silvanópolis – TO, no valor de R$248.600,00 (duzentos e quarenta e oito mil e seiscentos reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 37750003 do Parlamentar Vicentinho Junior: Item homologado pela plenária. **Item 8 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 12780909000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família São José do município de Peixe – TO, no valor de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim: Item homologado pela plenária. **Item 9 –** Homologar a Implantação de 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal (ESB), Modalidade I, no Município de Miranorte – TO: Item homologado pela plenária. **Item 10 –** Homologar a Implantação de 01 (uma) Equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidade III, no Município de Chapada da Natividade – TO: Item homologado pela plenária. **Item 11 –** Homologar a Implantação de 01 (uma) Equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidade III, no Município de Novo Jardim – TO: Item homologado pela plenária. **Item 12 –** Homologar a Proposta de Projeto Nº. 13672.489000/1170-05 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Saúde da Família do município de Tupiratins – TO, no valor de R$117.960,00 (cento e dezessete mil e novecentos e sessenta reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Irajá Abreu: Item homologado pela plenária. **Item 13 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1217192/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Carrasco Bonito – TO, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 24290003 do Parlamentar Lázaro Botelho, e no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680011 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim, totalizando R$200.000,00 (duzentos mil reais): Item homologado pela plenária. A Sr.ª Luiza faz uma observação em relação à homologação da apresentação dessas propostas, onde o instrumento normativo trata-se da necessidade de comunicar a CIB e a CIR

quanto à aprovação de proposta junto ao MS, para a capacitação de recursos de investimentos para equipamentos, a Portaria nº 3134/2013, que refere-se à necessidade de dar conhecimento quanto à proposta aprovada e no caso de equipamento não há necessidade de apresentação com a homologação aprovação e resolução de proposta de custeio, somente os equipamentos, e quando estes equipamentos for transporte sanitário tem outra Portaria que vem tratar do transporte sanitário portaria nº 788/2017 e resolução da CIT, que tem necessidade de apresentação, discussão e aprovação em CIB. A Sr.ª Nayara relatou que teve acesso pelo site do MS que o primeiro ciclo o cadastro de proposta que o sistema iria fechar o primeiro ciclo que tinha a proposta do transporte sanitário eletivo, e informou que foi aberto o segundo ciclo para essas propostas, e o cadastro será fechado para análise em outubro, foi repassado informações para os municípios que estavam cadastrando propostas e para aqueles que já tinham cadastrado estava tudo certo, a expositora solicitou para mandassem agora e não deixarem tudo para o mês outubro. **Item 14 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1443782/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Carrasco Bonito – TO, no valor de R$157.878,00 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e oito reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 15 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1411512/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Carrasco Bonito – TO, no valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 81000173 do Parlamentar Relator Geral: Item homologado pela plenária. **Item 16 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11740.122000/1170-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o município de Carrasco Bonito – TO, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 24290002 do Parlamentar Lázaro Botelho: Item homologado pela plenária. **Item 17 –** Homologar o CONSENSO – CIES/CIB N°. 12/2017, de 03 de agosto de 2017, que Dispõe sobre proposta do Curso "Liderança de Gestores": A Expositora Secretária Executiva da CIES/CIB-TO/SES, a Srª Inez dos Santos Gonçalves apresentou a solicitação do curso de clima organizacional e liderança, que é um curso que vai ser feito para todo o grupo da SES, destacou que esses recursos são para pagamento de diárias, o curso vai ser estendido para todos os servidores dos hospitais e todas as unidades de serviços próprios, então esse montante de R$113.400,00(cento e trezes mil e quatrocentos reais) são para os pagamentos das diárias, e esses cursos serão realizados em Palmas. Relatou que o valor pago é diferente porque são cargas horárias diferentes conforme os módulos de cada um, e esse curso e específico porque se trata de clima organizacional da SES e dos problemas que afetam todos os setores, será um curso especifico para esse publico alvo. A Srª Inez dos Santos informou também que para o ano de

2018 esses cursos também serão ofertados para os gestores municipais. Item homologado pela plenária. **Item 18 -** Homologar o CONSENSO – CIES/CIB N°. 13/2017, de 03 de agosto de 2017, que Dispõe sobre Repactuação de Recursos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – para "Viabilizar a participação de trabalhadores do SUS em eventos técnico-científicos por tema não estratificado". Como, Eventos educacionais técnico-científicos (congressos, seminários, oficinas, workshop, meeting, mostras, cursos, fóruns, simpósios ou congêneres), disponíveis no mercado ou preparados diretamente pela SES-TO: A Expositora Secretária Executiva da CIES/CIB-TO/SES, Inez dos Santos Gonçalves, explanou que esses recursos são para as especialidades educacionais que não estão programadas e que podem surgir demandas que estão de acordo com o processo de trabalho e que tem que ser custeadas, e respondendo a Srª Valéria Paranaguá quanto seria o inicial do montante dessas demandas, que é R$514.000,17(quinhentos e quatorze mil e dezessete centavos), que são rendimentos da política nacional permanente, e foi pedido para acrescentar R$350.000,00(trezentos e cinquenta mil reais) que são rendimentos para continuar fornecendo possibilidades para o funcionários estaduais e municipais participarem desses processos. Item homologado pela plenária. A Sr.ª Nayara faz mais um esclarecimento com relação as proposta de equipamento para aquisição de veiculo para transporte sanitário eletivo, na Resolução CIT Nº 013/2017 que exige elaborar o projeto técnico com informações básicas que já foram incluídas na proposta de projeto do MS mais exigem também um documento um projeto técnico, e para quem tiver dificuldades em elaborar o projeto técnico, orientou aos gestores dos municípios que estão com essa dificuldade, que nas Resoluções da Reunião Extraordinária do mês de abril/2017 tem o modelo do projeto técnico. **Item 19 -** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1456382/01-700 para o Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Guaraí – TO, no valor de R$663.068,00 (seiscentos e sessenta e três mil e sessenta e oito reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins, e no valor de R$177.337,00 (cento e setenta e sete mil e trezentos e trinta e sete reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680011 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim, totalizando R$840.405,00 (oitocentos e quarenta mil e quatrocentos e cinco reais): Item homologado pela plenária. **Item 20 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11295.419000/1170-05 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde José Coelho dos Santos no município de Guaraí – TO, no valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar Ataídes Oliveira: Item homologado pela plenária. **Item 21 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1460212/01-700 para Incremento de Média e Alta Complexidade (MAC) do município de Rio Sono – TO, no valor

de R$64.733,00 (sessenta e quatro mil e setecentos e trinta e três reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 22 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1460222/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Rio Sono – TO, no valor de R$198.985,00 (cento e noventa e oito mil e novecentos e oitenta e cinco reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 23 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1112922/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Rio Sono – TO, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26900005 do Parlamentar Cesar Halum: Item homologado pela plenária. **Item 24 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1477402/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica do município de Miracema do Tocantins – TO, no valor de R$675.931,00 (seiscentos e setenta e cinco mil novecentos e trinta e um reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 25 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1114642/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica do município de Miracema do Tocantins – TO, no valor de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950001 da Parlamentar Josi Nunes: Item homologado pela plenária. **Item 26 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11440.035000/1170-21 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família no município Esperantina – TO, no valor de R$190.000,00 (cento e noventa mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 27 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11440.035000/1170-22 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família no município Esperantina – TO, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 28 –** Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto Nº. 11266.993000/1160-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$553.916,00 (quinhentos e cinquenta e três mil e novecentos e dezesseis reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26930011 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende: Item homologado pela plenária. **Item 29 –** Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11266.993000/1170-12 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente referente à Veículo para Transporte Sanitário Eletivo para a Unidade Básica de Saúde Mucio Barbosa do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$190.000,00 (cento e noventa mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Irajá Abreu: Solicitante:

Item homologado pela plenária. **Item 30 –** Homologar a Proposta de Projeto Nº. 1266.993000/1170-01 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para: Posto de Saúde Folha Grossa, Posto de Saúde Valci Pereira de Sousa, Unidade Básica de Saúde Alto Bonito, Unidade Básica de Saúde Ana Vina, Unidade Básica de Saúde de Tocantinópolis, e Unidade Básica de Saúde Mucio Barbosa, do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$300.000,00 (trezentos mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 31 –** Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11266.993000/1170-09 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Hospital Municipal José Sabóia do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$109.990,00 (cento e nove mil e novecentos e noventa reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910004 do Parlamentar Irajá Abreu: Solicitante: Item homologado pela plenária. **Item 32 –** Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11266.993000/1170-11 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Hospital Municipal José Sabóia do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$119.970,00 (cento e dezenove mil e novecentos e setenta reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680002 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim: Item homologado pela plenária. **Item 33–** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1478582/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$836.792,00 (oitocentos e trinta e seis mil e setecentos e noventa e dois reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 23590006 da Parlamentar Kátia Abreu: Item homologado pela plenária. **Item 34 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1478542/01-700 para Incremento da Média e Alta Complexidade (MAC) do município de Tocantinópolis – TO, no valor de R$3.586,00 (três mil e quinhentos e oitenta e seis reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910001 do Parlamentar Irajá Abreu: Item homologado pela plenária. **Item 35 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1482232/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Cariri do Tocantins – TO, no valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 24290003 do Parlamentar Lázaro Botelho: Item homologado pela plenária. **Item 36 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1473332/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Cariri do Tocantins – TO, no valor de R$162.624,00 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 37 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 13849.028000/1170-05 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Hospital Regional de Porto Nacional - TO, no valor de R$393.160,00 (trezentos e noventa e três mil e cento e sessenta reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860007 da

Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 38 –** Proposta de Projeto N°. 11390.781000/1170-17 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente referente à Veículo para Transporte Sanitário Eletivo para a Unidade Saúde da Família Félix Carneiro da Glória do município de Dois Irmãos do Tocantins - TO, no valor de R$190.000,00 (cento e noventa mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes: Item homologado pela plenária. **Item 39 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1457912/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Palmas – TO, no valor de R$1.111.312,00 (um milhão cento e onze mil e trezentos e doze reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Solicitante: Item homologado pela plenária. **Item 40 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11440035000/1170-21 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Saúde da Família do município de Esperantina – TO, no valor de R$190.000,00 (cento e noventa mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 41 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11440035000/1170-22 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Saúde da Família do município de Esperantina – TO, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 42 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 13849028000/1170-06 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Hospital de Pequeno Porte de Alvorada - TO e Hospital Regional Tertuliano C Lustosa de Araguaçu – TO, no valor de R$86.850,00 (oitenta e seis mil e oitocentos e cinquenta reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860007 da Parlamentar Dulce Miranda: Item homologado pela plenária. **Item 43 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 13849028000/1170-07 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Hospital Regional de Gurupi - TO, no valor de R$70.000,00 (setenta mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes: Item homologado pela plenária. **Item 44 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 13849028000/1170-08 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Hospital Regional de Gurupi - TO, no valor de R$170.000,00 (cento e setenta mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes: Item homologado pela plenária. **Item 45 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1478102/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Praia Norte – TO, no valor de R$120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26900005 do Parlamentar César Halum: Item homologado pela plenária. **Item 46 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1454182/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Praia

Norte – TO, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910001 do Parlamentar Irajá Abreu: Item homologado pela plenária. **Item 47 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1124322/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Praia Norte – TO, no valor de R$130.770,00 (cento e trinta mil e setecentos e setenta reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 29180015 do Parlamentar Vicentinho Alves: Item homologado pela plenária. **Item 48 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1454102/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) do município de Praia Norte – TO, no valor de R$327.263,00 (trezentos e vinte e sete mil e duzentos e sessenta e três reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 49 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 360001139052/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Aguiarnópolis – TO, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26900005 do Parlamentar César Halum: Item homologado pela plenária. **Item 50 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11291331000/1170-09 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o município de Aguiarnópolis – TO, no valor de R$9.940,00 (nove mil e novecentos e quarenta reais), referentes à Emenda Parlamentar: Item homologado pela plenária. **Item 51 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 360001441742/01-700 para Incremento do Piso da Atenção Básica (PAB) para o município de Aguiarnópolis – TO, no valor de R$229.613,00 (duzentos e vinte e nove mil e seiscentos e treze reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 71280002 de Bancada do Tocantins: Item homologado pela plenária. **Item 52 –** Homologar a Proposta de Projeto N°. 11291331000/1170-08 para Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o município de Aguiarnópolis – TO, no valor de R$190.000,00 (cento e noventa mil reais), referente à Emenda Parlamentar Nº. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes: Item homologado pela plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA INFORMES: A.** Informes da Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/TO: A.a.1. CARRASCO BONITO – TO: de Conclusão de Edificação referente à Construção da Unidade Básica de Saúde Vinte Mil A.a.1. Atestado, localizada no Povoado Vinte Mil na Rua Principal, S/N, Zona Rural, município de Carrasco Bonito – TO; **A.a.2.** CARRASCO BONITO – TO: Atestado de Conclusão de Edificação referente à Construção da Obra do Pólo Academia da Saúde Porte Intermediário, localizada na Avenida Parati, Quadra 01, Lote 01 Bairro Setor Central CEP 77985-000, município de Carrasco Bonito – TO; **A.a.3.** JAÚ DO TOCANTINS – TO: Atestado de Conclusão de Obra da Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida F, Nº. 31 Setor Central, município de Jaú do Tocantins – TO; **A.a.4.** PALMAS – TO: Atestado de Conclusão de Edificação referente à Construção da Unidade Básica de Saúde 207 Sul, situada na

quadra ARSO 23 (207 Sul), Alameda 04, APM 01 Plano Diretor Sul CEP 77015-314 município de Palmas – TO; **A.a.5.** SITIO NOVO DO TOCANTINS – TO: Termo Provisório de Recebimento de Obra da Construção da Academia de Saúde do município de Sitio Novo do Tocantins– TO; **A.a.6.** AUGUSTINÓPOLIS – TO: Ordem de Início e Serviço da Construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Porte I, localizada na TO-404, Bairro Boa Vista no município de Augustinópolis – TO; **A.a.7.** AUGUSTINÓPOLIS – TO: Termo de Recebimento Definitivo de Obra da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Porte I, localizada na TO-404, Bairro Boa Vista no município de Augustinópolis – TO; **A.a.8.** BABAÇULANDIA – TO: Atestado de Conclusão de Edificação referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde Dona Aldelice, localizada VC-1ª Qd. 01 Nº. 23,we Centro Novo Milênio, município de Babaçulândia – TO; **A.a.9.** SÃO BENTO DO TOCANTINS – TO: Ordem de Início e Serviço da Construção da Unidade Básica de Saúde Porte I, localizada no Povoado Trecho Seco, município de São Bento do Tocantins – TO; **A.a.10.** SÃO BENTO DO TOCANTINS – TO: Ordem de Início e Serviço da Construção da Unidade Básica de Saúde Porte I, localizada no Setor Central, município de São Bento do Tocantins – TO; **A.a.11.**ARAGOMINAS – TO: Ordem de Início de Serviço da Construção da Academia da Saúde Modalidade I, localizada no Perímetro Urbano, Loteamento Muricizal 2º Etapa na Rua Ary Valadão, Nº 001 Centro, município de Aragominas – TO; **B.** Informe sobre Informe sobre Realização de Pesquisa Fiocruz sobre as Comissões Intergestores Regionais (CIR) do Brasil. A expositora, Superintendente de Planejamento, Srª. Luiza Regina Dias Noleto esclareceu que a pesquisa Fiocruz iniciou no Brasil para o diagnostico atualizado em relação ao funcionamento das Comissões Intergestores Regionais, relatou que participou dos trabalhos iniciais desta pesquisa onde a Sr.ª Marilene Coutinho gerente de Desenvolvimento e Políticas de Saúde que coordena os trabalhos representando a SES junto a CIR, relatou que já estão de posse do questionário que deverão ser respondido por todas as comissões usando um dialogo com o COSEMS , na primeira etapa do questionário é bem focada na logística operacional de funcionamento dentro das comissões que já estão inclusive preenchido e será disponibilizado no e-mail, relatou que na oficina que participaram foi muito produtiva, e em relação ao processo conseguiram implementar e vem sendo implantado, melhorado, e tem a Comissão Intergestores como instrumento de diagnostico e a atualizado do sistema, deste modo trouxe melhorias e resolutividade, com todas as dificuldades e ainda assim mostrou que a CIR do Tocantins, é um modelo diferenciado com boa utilização do espaço nessa oficina em que Sr.ª Marilene Participou. **D.** Informe sobre Portaria 2488/11 sobre a Carga Horária de 40 (quarenta) horas, da saúde da família. A Sr.ª Mayena, representante da Atenção Primaria, lembrou sobre uma recomendação do MS quanto ao

cumprimento de 40 (quarenta) horas na atenção primaria, então não ferindo a autonomia dos municípios de gerirem as políticas de gestão de pessoas do recursos humanos , foi verificado que alguns municípios estão aprovando leis de carga horária de 30 (trinta) horas para seus servidores, foi recomendado para seguir a Portaria 2488/2011 se o município aderir ao modelo de estratégia de saúde da família e saúde bucal os servidores que estão lotados na atenção primaria precisam cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas para continuar recebendo o incentivo do MS. A Sr.ª Claudia do município de Tocantínia pediu esclarecimento sobre a equipe de saúde da zona rural, e relatou que esta com uma dificuldade na equipe em relação ao horário. A Sr.ª Mayena esclareceu que a partir do momento que eles se deslocam pode contar como carga horária, porque eles já estão em serviço, e relatou que a questão do horário de almoço e uma negociação feita entre eles, e é sempre bom registrarem esses acordos. **E.** Informe sobre os Cursos ofertados pela ETSUS. A Diretora da Escola Tocantinense do SUS, Srª Laudecy Alves do Carmo Soares informou que a Escola Tocantinense do SUS está com alguns cursos abertos e já esta enviando alguns Ofícios Circulares, informando que podem estar entrando em contato para obter mais informações pelo telefone 3218-6281. Destacou que o curso de especialização em saúde pública já teve divulgado o resultado final do processo eletivo para discentes, e foram apenas 37 (trinta e sete) selecionados, como eram 40 (quarenta) vagas serão abertas novamente, as inscrições para essas vagas e também para o cadastro de reservas, para o caso alguma desistência. A expositora informou ainda sobre outros cursos de curta duração do grupo itinerário do saber e serão abertas novas turmas para as oito regiões de saúde, são dois cursos iniciais na área de saúde mental, crack, álcool e outras drogas para auxiliares, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, esses são cursos de 60 (sessenta) horas semipresencial e outro curso para equipe multiprofissional também nessa mesma temática que e uma atualização de saúde mental crack álcool e outras drogas 100% (cem por cento) Ensino a Distância (EaD), destacou que esse é um investimento para servidores, sem nenhum custo para os municípios e se espera uma adesão maciça de todas as regiões de saúde, esse curso também acontecerá em 2018, más inicialmente será trabalhado esses dois cursos na área de saúde mental. A Sr.ª Laudecy informou que ainda tem 08 (oito) turmas abertas do curso de acolhimento em redes de atenção a saúde esse é um projeto ambicioso para os 139 (cento e trinta e nove) municípios do estado, essas 08 (oito) turmas serão abertas em setembro/2017 e o do curso de acolhimento em rede em atenção a saúde, estão recebendo solicitações dos municípios ate dia primeiro de setembro/2018 e ainda duas oficinas em educação popular em saúde que é algo que está sendo cobrado muito iniciará em setembro na cidade de Guaraí e Cristalândia, são esses os municípios que iram receber os polos. **F.** Informe sobre Oficio Circular nº 262/2017 informações

sobre os servidores cedidos aos municípios. A Diretora da Escola Tocantinense do SUS, Srª Laudecy Alves do Carmo Soares esclareceu sobre o Ofício circular nº 262/2017 relacionados sobre os servidores cedidos aos municípios, onde a Srª Gábia Gerciann informou sobre os contratos e os convênios para o Recursos Humanos (RH) solicitar informações a respeito dos servidores cedidos e qualquer duvida em relação a questão dos servidores cedidos no RH, no Ofício pede para falar com a Gerente da Folha de Pagamento, Srª Patrícia Oliveira. **G.** Informe sobre os Partos no Hospital Regional de Augustinópolis. O Sr. Carlos Felinto esclareceu que em relação ao retorno sobre a colocação que foi explanada pela a Secretaria Municipal de Augustinópolis, foi feito levantamentos em relação aos partos realizados naquele hospital, informou também que foi feito a solicitação de aumento de carga horaria de um profissional médico de mais de 20 (vinte) horas, justamente para aumentar o número de atendimentos de partos e foi contratado também três profissionais para esse Hospital para fortalecer o serviço, sendo dois de 20 (vinte) horas e um de 40 (quarenta) horas, mais aumentou a carga horaria de um profissional então o total são quatro. Destacou que a produção do mês de junho/2017 no hospital de Augustinópolis foram realizados 87 (oitenta e sete) partos e 84 (oitenta e quatro) partos mês de julho, a informação que não estão realizando partos não procede, pode ter acontecido algum fato esporádico de não ter profissional cobrindo a escala naquele dia. A Sr.ª Valeria Paranaguá questionou o que Secretario rebateu que ninguém representa ele, mais o hospital representa a Secretaria de Estado da Saúde, então sabe-se que o profissional que está na escala e não está atendendo, por mais que aumentou a carga horária e está incentivando com capacitações, mudanças de processos de trabalho, más o profissional se recusa a cumprir, isso é uma questão de Gestão de Pessoas e Processos de Trabalho, porque o que chega na portaria dos hospitais são ambulâncias voltando com pacientes. O Sr. Carlos Felinto esclareceu que se o profissional está disponível para isso, tem que registrar tem que documentar porque precisa disto para tomar as medidas corretivas. A Sr.ª Luiza comentou sobre a fala do Dr. Marcos Musafir que a direção do hospital toma medidas arbitrarias em relação as resoluções do sistema não representam. Destacou que o Sr. Marcos Musafir como gestor do sistema no estado, luta contra isso e pediu ajuda aos prefeitos, por que além do problema que se tem do controle do monitoramento do resultado dos profissionais do estado que estão cedidos aos municípios, tem também ações na rede de 18 (dezoito) hospitais em 15 (quinze) cidades distintas, então a SES tem poderes em todas as instituições, e ter controle sobre esses domínios de poderes envolve muitos interesses não só os do SUS. O Sr. Antônio José SMS de Esperantina ressaltou que depois da declaração do Sr. Carlos Felinto, se sentiu ofendido por passar por mentiroso referente aos fatos ocorridos sobre os partos realizados. O Sr. Carlos Felinto, retratou que em nenhum momento quis

ofende-lo ou chamar de mentiroso, só repassou dados que estava no sistema sobre os partos que foram realizados, porque que no sistema foram registrados inúmeros partos. A Srª Luiza Regina retratou um paralelo sobre essa situação que está sendo relatado, que infelizmente não tem sido um fato esporádico, usou como exemplo a região do Cantão. "há dois anos era recorrente esse tipo de situação em relação à região do Cantão, e pode-se afirmar que foi solucionado quando se estreitou os laços de relacionamento dos secretários de saúde da região com a direção do hospital". A expositora deixou claro para que todos fiquem a vontade para provocar a direção do hospital, conversar sobre os problemas, exigir um colegiado de conversas sobre o problema e buscarem juntos uma solução. Destacou que essa é uma sugestão para colocar como encaminhamento. O Sr. Rodolfo SMS de Ponte Alta do Bom Jesus ressaltou teve um índice de evasão muito grande depois da fala do Sr. Marcos Musafir, e esclarece que queria apenas um posicionamento uma proposta do Secretario, porque quando se trás uma demanda de situações que estão sendo vivenciadas, e justamente para se obter uma resposta ou um esclarecimento, e o posicionamento foi totalmente insatisfatório. A Sr.ª Ana Cristina SMS de Porto Nacional, questionou a fala do Secretário de Esperantina, que tanto ele como os demais que falaram da região do Bico do Papagaio, não falaram da situação do hospital de não fazer nenhum parto, ele falou das negativas em relação algumas situações. Destacou que acompanha esse histórico desta região por várias décadas, esclareceu também que o fato que a Srª. Luiza Regina disse em relação a solução de estreitar os laços de relacionamento dos secretários de saúde da região com a direção dos hospitais e que também esta tendo que fazer essa parceria. A Sr.ª Mísia, Diretora de Instrumento de Planejamento para Gestão do SUS questionou a fala do Sr. Rodolfo e relatou que quando aconteceu essa situação participava das reuniões da CIR, e a primeira coisa que fez foi entrar em contato com o Sr. Carlos Felinto, que já tinha conhecimento que ninguém toma nenhuma decisão sem passar pela CIR e pela CIB. O Sr. Vânio passou um questionamento sobre a fala da Sr.ª Mísia e a fala da Secretaria de Saúde de Porto Nacional, que muitas vezes pode passar despercebido mais que é importante para o processo e formalização para solucionar o problema. O Sr. Whisllay Maciel ressaltou que já foi colocado em reunião esses problemas relacionados com servidores, alguns servidores são muito difíceis de trabalhar, os gestores dos municípios tem uma governabilidade menor sobre esses profissionais, relatou que a convivência aqui é sempre tentando induzir que o gestor do município se aproxime e se relacionar e criar vínculos que com certeza isso irá contribuir, então e fundamental essas observações colocadas de forma reiteradas, que elas sejam parte de investigação da própria SES que é o gestor do servidor. A Sr.ª. Luiza Regina Dias Noleto neste ato, representando o Sr. Marcos Esner Musafir, Secretário Estadual de Saúde do Tocantins encerrou a reunião às dezessete horas e

cinco minutos e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais membros presentes nesta reunião.

SESAU:

Marcos Esner Musafir/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB/TO:- ----------

Carlos Felinto Junior/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde:- ----------

Hernane Farias Monteiro/Assistente Administrativo da Diretoria de Recursos do SUS:- ----------

Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora da Escola Tocantinense do SUS:- ----------

Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava/Superintendente de Vigilância Promoção e Proteção à Saúde:- ----------

Mísia Saldanha Figueiredo/Diretora de Instrumento de Planejamento para Gestão do SUS:- ----------

COSEMS:

Anna Cristina Costa B. Bezerra/Diretora de Descentralização e Regionalização e SMS de Porto Nacional:- ----------

Juliano Ribeiro de Sousa/SMS de Chapada da Natividade:- ----------

Rodolfo Pereira Martins SMS de Ponte Alta do Bom Jesus:- ----------

Vânio Rodrigues de Souza/Presidente do COSEMS e SMS de Gurupi:- ----------

Whisllay Maciel Bastos/Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas:- ----------